

A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders*: um estudo de caso da Petrobras

Neirilaine Silva de Almeida

Vidigal Fernandes Martins

Liliane Silva de Almeida

Marlon José Ferreira Soares

Com o crescente dinamismo existente no mercado, algumas empresas utilizam a responsabilidade de cuidar para que se realizem não apenas os interesses dos acionistas, mas também dos demais *stakeholders*, como um diferencial para tentar vencer a concorrência. Neste contexto, a evidenciação deste compromisso pode ser feita por meio da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que, ao contrário da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, busca evidenciar, além da geração de riqueza das empresas, a distribuição da mesma entre os agentes relacionados à sua criação. A alteração na Lei nº. 6.404 de 1976 tornou a DVA obrigatória para as companhias abertas. Sendo assim, o objetivo deste estudo é contribuir para a análise dos dados da

DVA e, assim, verificar a capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da PETROBRAS. Para tanto, foram analisadas as demonstrações desta empresa no período de 1998 a 2007. A pesquisa é de caráter exploratório, com abordagem quantitativa efetuada por meio de um estudo de caso. Para contribuir com a análise da DVA, foram sugeridos indicadores criados a partir do modelo da demonstração elaborado pela FIPE-CAFI. Através da análise dos dados, verificou-se que, em média no período, 93,02% da riqueza agregada total da empresa foi proveniente de sua criação, 6,98% foram recebidos por transferência de terceiros e ainda que o *stakeholder* a que a organização destinou o maior percentual desta riqueza, 59,39%, foi o governo.



Com o crescente dinamismo existente no mercado, em que transformações sociais, econômicas e políticas com reflexos no ambiente empresarial ocorrem constantemente, as empresas necessitam buscar continuamente novas estratégias no intuito de desenvolver suas atividades, com êxito, em um ambiente complexo e altamente competitivo (COSENZA, 2003).

Com esse objetivo, algumas empresas optam por assumir a responsabilidade de cuidar para que se concretizem não só os interesses dos acionistas, mas também os de todos os demais *stakeholders*, como os colaboradores, funcionários, investidores, fornecedores e clientes, no intuito de utilizar este recurso perante a sociedade, como um diferencial para tentar vencer a concorrência (WELTER, OBERGER e VANZELLA, 2005).

Nesse sentido, Kreitlon e Quintella (2001) afirmam que, para os vários grupos de *stakeholders*, já não basta que as em-

presas apenas assumam compromissos, pois eles almejam ter conhecimento de dados que sejam tangíveis, quantificáveis e verificáveis sobre o desempenho da organização em todas as áreas.

Diante disso, a informação contábil pode ser um fator determinante, não apenas para o conhecimento da situação patrimonial, financeira e econômica das empresas, mas também do compromisso social estabelecido pelas mesmas (FIPE-CAFI, 2003).

Para Evraert e Riahi-Belkaoui (1998), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem a função de informar a riqueza criada pelas empresas, todavia, apenas sob a ótica do proprietário.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), por sua vez, segundo Neves e Viceconti (2002), fornece uma visão mais abrangente do que a DRE, uma vez que a empresa demonstra à sociedade o quanto contribui para a geração de riqueza no país, e ainda como a riqueza agregada é

distribuída entre os *stakeholders* relacionados à sua criação.

Segundo comunicado do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON (2008), após vários anos de tramitação no Congresso Nacional, o Presidente da República sancionou, no dia 28 de dezembro de 2007, a Lei nº. 11.638, que altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404 de 1976. Cabe destacar que a inclusão da obrigatoriedade da elaboração da DVA pelas empresas de capital aberto foi uma das alterações contidas na primeira das leis supracitadas.

Destarte, o presente trabalho procurou responder à seguinte questão: Qual a capacidade de produção de riqueza da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e como esta riqueza foi distribuída pela mesma, no período de 1998 a 2007? Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para a análise dos dados da DVA e, desse modo, verificar a capacidade de produção e distribuição da

riqueza agregada entre os *stakeholders* da Petrobras.

Espera-se que este trabalho possa trazer contribuições para a sociedade contábil e para a sociedade em geral. A sociedade contábil poderá se beneficiar com as conclusões da pesquisa à medida que aprofundar os estudos no que diz respeito ao desenvolvimento de ferramentas para a análise da DVA. E a sociedade em geral poderá usar os resultados da pesquisa para avaliar o quanto a Petrobras contribui para a geração de riqueza no país e como ela distribui esta riqueza.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem quantitativa efetuada por meio de estudo de caso.

Este trabalho está segmentado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção aborda a origem e a conceituação do valor adicionado ou agregado, bem como o balanço social, a elaboração, a análise e a utilização da DVA. A terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa, e na quarta seção são abordados as análises e resultados. A última seção contém as considerações finais do estudo.

Referencial teórico

1. Valor adicionado

Cosenza (2003) afirma que as primeiras aplicações da informação do valor adicionado tiveram suas origens nos Estados Unidos da América, na década de vinte do século passado, quando o mesmo foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais.

Segundo Montoro Filho (1994, p. 27):

Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva.

De acordo com Gallizo (1990), o conceito de valor adicionado pode ser

delimitado no âmbito de uma informação econômico-financeira de natureza histórica, que evidencia a circulação real do patrimônio e mostra o valor econômico gerado por uma entidade durante certo período de tempo e, simultaneamente, como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para sua criação.

Cosenza, Gallizo e Jimenez (2002) entendem que a informação do valor adicionado é importante por contribuir para o auxílio à tradução da intervenção da entidade no processo econômico e permitir a obtenção de informações sobre a geração e a distribuição de riqueza para a empresa e a sociedade em que está inserida; e também por se tornar relevante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir, calcular e analisar a produção de riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

2. Balanço Social

O Balanço Social é uma demonstração criada com o desígnio de tornar pública a responsabilidade social das empresas. Esse demonstrativo tem como principal objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das companhias, bem como o retorno econômico e social em benefício da sociedade. Não obstante, é considerado um instrumento que fornece dados aos usuários da informação contábil quanto à geração e distribuição de riqueza, à qualidade de vida nas organizações, à promoção humana dos funcionários e à postura das empresas em relação ao meio ambiente e à própria comunidade (FIPECAFI, 2003).

Segundo Tinoco, o Balanço Social (1984):

é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, da forma mais transparente possível, vale dizer, com evidência plena – *full disclosure* –, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação.

Neste sentido, a DVA é um importante componente do Balanço Social, uma vez

que auxilia a evidência do aspecto social e tem como principal objetivo apresentar o valor da riqueza gerada pela entidade e a forma como a empresa a distribui (SANTOS, 2003).

3. Demonstração do Valor Adicionado

De Luca (1998) afirma que a Demonstração do Valor Adicionado evidencia o quanto de valor uma empresa agrega aos insumos que adquire num determinado período, sendo este valor obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros.

De Luca (1998) complementa que o valor adicionado total dos negócios representa a soma do valor adicionado da atividade produtiva e dos ganhos obtidos pelas aplicações de recursos que geraram riqueza em outra empresa ou atividade.

Conforme Neves e Viceconti (2002), a Demonstração do Valor Adicionado surgiu tendo em vista que a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro. Logo, não identifica as demais gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de determinar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire, nem o quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados.

Não obstante, Evraert e Riahi-Belkaoui (1998) afirmam que, com base nesta demonstração, qualquer interessado poderá conhecer a riqueza gerada por uma companhia, bem como sua posterior distribuição entre todos os agentes econômicos que tiveram participação em sua criação, contrariamente ao que faz a Demonstração do Resultado do Exercício, que somente informa a riqueza criada sob a ótica do proprietário.

Sendo assim, a apresentação da DVA é exigida por alguns países onde empresas internacionais desejam se instalar. Dessa forma, o país que irá sediar a empresa poderá conhecer o retorno que esta irá lhe propiciar por meio da previsão do

valor adicionado que será gerado. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, mas sim o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição. A DVA possibilita visualizar, de forma clara, a parte da riqueza que pertence aos sócios, aos terceiros que financiam a entidade, aos funcionários e ao governo (NEVES e VICECONTI, 2002).

Para tanto, a DVA é elaborada em duas partes: na primeira é apresentada a geração do valor adicionado, e na segunda a distribuição deste valor. A seguir, modelo de demonstração do valor adicionado, elaborado pela Universidade de São Paulo (USP), através da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (FIEPECAFI):

De acordo com a Fiepecafi (2003), o primeiro item apresentado no modelo – receitas – é composto pelo valor das vendas, antes da dedução do ICMS e IPI, pelo valor da reversão ou constituição da provisão para devedores duvidosos e pelos valores considerados fora das atividades principais da empresa, denominados não operacionais.

O segundo item – insumos adquiridos de terceiros – é composto por matérias-primas consumidas, por custos das mercadorias e serviços vendidos, por perda ou recuperação de valores ativos e por materiais, energia, serviços de terceiros e outros, além do ICMS e IPI incluídos no momento das compras.

O terceiro item – valor adicionado

bruto – representa a diferença entre o primeiro e o segundo item. Já o quarto – retenções – é composto pela depreciação, pela amortização e pela exaustão contabilizadas no período. O quinto item, por sua vez, representa o valor adicionado líquido produzido pela entidade, que pode ser encontrado pela diferença entre o terceiro e o quarto item.

O valor referente à soma do resultado da equivalência patrimonial com as receitas financeiras é denominado valor adicionado recebido em transferência. Este valor, ao ser somado ao valor adicionado líquido produzido pela entidade, resulta no valor adicionado total a distribuir, sendo esta distribuição evidenciada no oitavo item.

Para Gallizo (1990), a distribuição aos empregados é uma das mais importantes entre os diversos grupos que participam do valor adicionado. A participação dos trabalhadores no valor adicionado compreende todos os gastos efetuados com pessoal, em contrapartida ao trabalho realizado no período. Assim, deve conter os pagamentos feitos diretamente aos empregados, como os salários, as contribuições de seguridade ou sociais, e quaisquer outras vantagens oferecidas por conta de participar na atividade produtiva da companhia.

Cosenza (2003) afirma que, apesar de não ser considerado um dos fatores diretos de produção, o governo também participa na criação de riqueza para a entidade, pois apoia suas atividades produtivas através de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e subvenções. Os impostos pagos ou devidos pela companhia representam, na riqueza gerada, a remuneração do Estado por seu apoio para que a empresa tenha condições de realizar suas atividades em seu ambiente.

Ainda segundo Cosenza (2003), a distribuição de riqueza aos acionistas evidencia a parcela do lucro destinada àqueles que aplicaram os recursos próprios, reembolsados sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por conta das capitalizações promovidas na empresa.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DESCRIÇÃO	R\$ MIL
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços.	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão.	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capitais próprio	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	

QUADRO 1 – Modelo de demonstração do Valor Adicionado.
Fonte: FIEPECAFI (2003).

4. Utilização da DVA

As informações predominantes na DVA servem como base para a efetivação de análises contábeis que possam identificar a relação da entidade tanto com os agentes internos, como os empregados, administradores, proprietários e acionistas, quanto com os agentes externos, representados pelo governo, sindicatos, financiadores e credores, por exemplo.

Kroetz e Cosenza (2003) afirmam que, para os empregados e sindicatos, a DVA serve de base nas negociações salariais, para comparações entre entidades do mesmo segmento e estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo. Para os governos e instituições, a demonstração possibilita que estes possam efetuar estudos comparativos da carga tributária por setores ou atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando disso reformulações legais como a constituição de impostos seletivos e o redimensionamento de tributos por regiões. Para os financiadores e credores, a DVA comunica a saúde econômica da entidade e sua evolução na geração da riqueza.

Os autores complementam que, para os acionistas e proprietários, a DVA apresenta a parcela que lhes coube em determinado período, possibilitando-lhes efetuar análises do investimento objetivando a continuação da aplicação ou seu redimensionamento. Para os administradores, a demonstração serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, à decisão e ao controle, além de apresentar a parcela que lhes cabe a título de remuneração; e, para a sociedade, possibilita que esta possa comprovar a representatividade das práticas de responsabilidade social das entidades, como também avaliar a geração da riqueza e sua estrutura de distribuição.

Sendo assim, é possível afirmar que a DVA se constitui em um importante instrumento de gerenciamento e planejamento, e também de controle social, uma vez que sua apresentação revela

dados significativos quanto à atividade das entidades e seus consequentes impactos, considerando-se o papel social desempenhado pelas empresas.

Metodologia

A pesquisa utilizada é de caráter exploratório, uma vez que há pouco conhecimento sobre o assunto estudado. De acordo com Beuren (2004), com o estudo exploratório “busca-se conhecer o assunto com maior profundidade de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa é do tipo estudo de caso. De acordo com Gil (1999) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”.

Quanto à forma de abordagem do problema, esta é uma pesquisa quantitativa. Segundo Beuren (2004) “esta abordagem caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estáticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

1. A Petrobras

Em outubro de 1953, a constituição da Petrobras foi autorizada com o objetivo de executar as atividades do setor petrolífero no Brasil, em nome da União.

As operações de exploração e produção de petróleo, bem como as demais atividades ligadas ao setor de petróleo, gás natural e derivados, à exceção da distribuição atacadista e da revenda no varejo pelos postos de abastecimento, constituíram monopólio conduzido pela Petrobras, de 1954 a 1997.

Após a superação de desafios ao longo de mais de meio século, a empresa mantém atividades operacionais em 27 países. Em 2007 foi considerada, pelo *Reputation Institute*, a empresa com maior valor de mercado da América Latina e a oitava empresa mais respeitada do mundo.

Análise da Demonstração do Valor Adicionado da Petrobras

1. Análise da DVA através de Índices

Segundo Neves e Viceconti (2002), a análise consiste no “método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação”, ou seja, é uma forma de estudar as demonstrações de maneira que se possam interpretar os dados apresentados, procurando decompor os demonstrativos para que se tenham informações mais analíticas.

Segundo Matarazzo (1998), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Sendo assim, neste trabalho, para a análise dos dados extraídos da Demonstração do Valor Adicionado da Petrobras e para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa, foram sugeridos alguns indicadores criados a partir do modelo da demonstração elaborado pela Fipecafi. (Quadro 2).

2. Resultados

As informações contidas nas demonstrações coletadas foram submetidas à análise para identificação da riqueza gerada pela empresa no período analisado e de como esta riqueza foi distribuída entre os *stakeholders*.

No que diz respeito ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), que indica o percentual de riqueza agregada total que foi produzida pela Petrobras, em todo o período analisado, os índices foram superiores a 87,00%, sendo que este menor percentual ocorreu em 1998, e o maior grau de capacidade de produção de riqueza foi alcançado em 2007, quando o índice atingiu 97,72%. (Quadro 3).

Quanto ao Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência (GRRT), que representa o percentual da riqueza total agregada proveniente de terceiros, ao inverso do GPRP, o maior índice ocorreu no ano de 1998, correspondendo a 13,00%

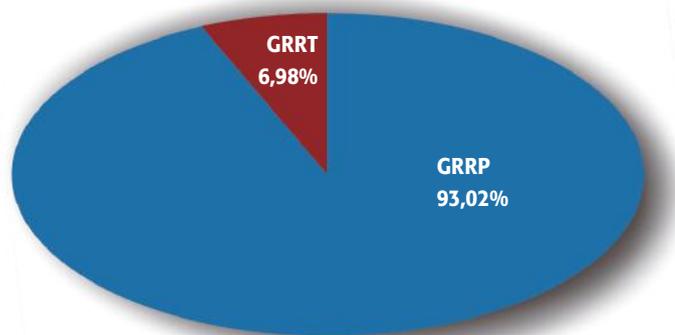
INDICADOR		CONCEITO
Percentual de Vendas no valor da Receita Total.	$PVRT = \frac{VENDAS}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação das Vendas no valor da Receita total da empresa.
Percentual da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor da Receita Total.	$PPDDRT = \frac{CPDD}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor total da Receita da empresa.
Percentual de Receitas Não Operacionais no valor da Receita Total.	$PNORT = \frac{RNO}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação das Receitas não Operacionais no valor da Receita Total.
Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita.	$GVAR = \frac{VAB}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto da Receita Total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto.
Grau de Contribuição para Riqueza de Terceiros.	$GCRT = \frac{Ins + Ret}{RT} \times 100$	Este indicador serve para apontar o quanto da Receita Total a empresa destina a pagamento de terceiros.
Grau de Produção de Riqueza Própria.	$GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa.
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência.	$GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento de terceiros.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados.	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos empregados.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo.	$PDVAG = \frac{DVAB}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado ao Governo.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas.	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos Acionistas.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado às Instituições Financeiras.	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado às Instituições Financeiras.
Percentual de Retenção do Valor Adicionado.	$PRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi retido pela empresa.

QUADRO 2 – Sugestão de indicadores para análise da DVA.
Fonte: Elaboração própria.

ÍNDICES										
Período	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
GPRP	87	89,99	91,84	88,72	87,8	97,24	96,75	96,1	97,07	97,72
GRRT	13	10,01	8,16	11,28	12,2	2,76	3,25	3,9	2,93	2,28
Total	100									

QUADRO 3 – Índices do grau de produção de riqueza e do grau de riqueza recebida por transferência.
Fonte: Elaboração própria.

MÉDIA DAS ORIGENS DAS RIQUEZAS



GRRP - Grau de Riqueza Própria
GRRT - Grau de Riqueza Recebida em Transferência

GRÁFICO 1 – Média das origens da riqueza.
Fonte: Elaboração própria.

da riqueza agregada total, referente à receita financeira, a receitas de equivalência patrimonial, a receitas de aluguéis e de amortização e ágios, e o menor foi registrado em 2007, quando o percentual equiparou-se a 2,28%.

Em média, no período pesquisado, apenas 6,98% da riqueza agregada total da Petrobras foi recebida por transferência, o que indica que 93,02% dessa riqueza foi proveniente da criação da empresa. (Gráfico 1).

No que tange à distribuição da riqueza agregada entre os *stakeholders* que estão relacionados à sua criação, em 1998 o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados (PDVAE) foi de 14,31%, sendo o maior índice de participação na distribuição de riqueza no período. Em contrapartida, em 2002, a

distribuição para os mesmos foi de 4,12%, correspondendo ao menor percentual do período. (Quadro 4).

No ano de 2004, o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo (PDVAG) da Petrobras, que representa a percentagem da riqueza agregada total recebida pelo governo, foi de 64,79%, o que equivale ao maior índice de participação deste *stakeholder* no período analisado. Já em 1999, o governo se remunerou de 50,11% do valor adicionado da empresa, representando o menor percentual no período. Quanto ao Percentual de Distribuição do Valor Adicionado às Instituições Financeiras (PDVAIF), que indica o quanto da riqueza foi destinada para as instituições, houve maior percentual no ano de 1999, com o recebimento de 34,16% da riqueza agregada da Petrobras, e menor

em 2003, com participação de 7,92% no valor total agregado.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA), que indica a percentagem da riqueza destinada aos acionistas, foi menor no ano de 1998, e maior em 2003, cujo indicador foi 7,47%. No que diz respeito ao Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), em 2000, a Petrobras reteve uma fatia maior, correspondendo a 19,72% do valor adicionado e, em 1999, a empresa obteve menos lucros, acumulando um índice de 3,52%.

Em média, percebe-se, no período analisado, que 59,39% de riqueza agregada da Petrobras foram absorvidos pelo governo, que 14,97% foram consumidos em pagamentos de despesas financeiras e aluguéis, e 12,80% foram destinados ao Patrimônio Líquido, como Lucros Acumulados. (Gráfico 2).

Com relação aos empregados, a Petrobras destinou 7,08% de sua riqueza, e remunerou os acionistas, através dos dividendos e juros sobre capital próprio, com o percentual remanescente, que corresponde a 5,76% de seu valor agregado.

Considerações finais

Em um mercado cada vez mais complexo e competitivo, algumas empresas optam por assumir a responsabilidade de cuidar para que se realizem não apenas os interesses dos acionistas, mas também os dos demais *stakeholders*,

DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA PETROBRAS

Período	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregados (PDVAE)	14,31	8,72	5,58	5,51	4,12	4,78	5,21	7,12	6,78	8,67
Governo (PDVAG)	63,38	50,11	54,77	57,14	59,93	64,12	64,79	59,06	60,88	59,69
Inst. Financeiras (PDVAIF)	14,4	34,16	13,25	16,21	20,39	7,92	8,87	11,56	10,06	12,88
Acionistas (PDVAA)	3,19	3,49	6,68	7,36	4,38	7,47	6,00	6,66	6,75	5,6
Lucros (PRVA)	4,72	3,52	19,72	13,78	11,18	15,71	15,13	15,6	15,53	13,16
Total	100									

QUADRO 4 – Índices de distribuição do Valor Adicionado da Petrobrás.
Fonte: Elaboração própria.

DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DE RIQUEZA

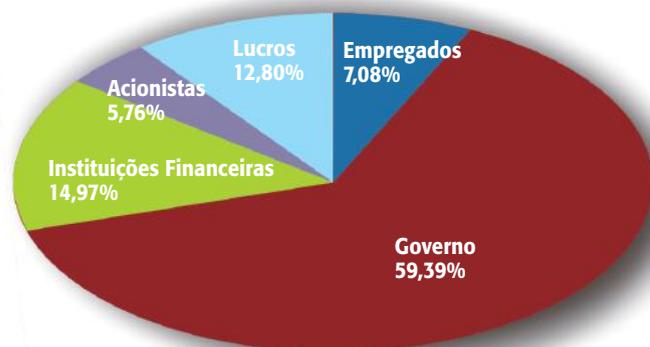


GRÁFICO 2 – Distribuição média de riqueza.
Fonte: Elaboração própria.

como um diferencial para tentar vencer a concorrência.

Neste sentido, a inclusão da obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado pelas companhias abertas, por meio das alterações ocorridas na Lei nº. 6.404 de 1976, contribuiu para a evidência deste compromisso, uma vez que a DVA demonstra não apenas o quanto de riqueza a empresa agregou no período, mas também como esta riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos, *stakeholders*, relacionados à sua criação.

Esta pesquisa almejou contribuir para a apreciação dos dados da Demonstração do Valor Adicionado e, assim, analisar a produção e a distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da Petrobras. Para tanto, foram sugeridos índices, os quais permitem ao usuário externo efetuar análises desta demonstração financeira e, desse modo, abstrair informações complementares para o seu processo decisório, principalmente relacionado com a riqueza criada pela entidade.

Por meio dos dados obtidos verificou-se que, quanto às fontes de riquezas, a capacidade de geração é da própria empresa, sendo que 93,02% da riqueza agregada é produzida na Petrobras, e apenas 6,98% são recebidos de transferências.

Quanto à distribuição, constatou-se que a maior parte da riqueza agregada total da empresa foi repassada ao governo, com uma média, nos nove anos, de 59,39%. Além disso, 14,97% da riqueza coube às instituições financeiras para o suprimento das despesas de juros e aluguéis. A empresa ainda agregou 12,80% de sua riqueza ao seu capital próprio, por meio da retenção de lucros. E por fim, a Petrobras distribuiu 7,08% de sua riqueza para os empregados, e o menor percentual, 5,76%, destinou aos acionistas.

Diante do exposto, percebe-se que a análise da Demonstração de Valor Adicionado através dos índices sugeridos é relevante para os usuários interessados, uma vez que, assim, pode-se ter uma visão mais clara de como é originada a riqueza da Petrobras e de como a empresa direciona esta riqueza aos seus diversos *stakeholders*.

Como proposta final, salienta-se a necessidade de continuar pesquisando a DVA, estendendo-se a abrangência do estudo a outros segmentos ou grupos. Também se ressalta a relevância de normatizar a metodologia de elaboração, apresentação e análise desta demonstração, uniformizando e clarificando, assim, este processo, no intuito de ampliar o nível de confiabilidade e comparabilidade da DVA. ■



Lílaine Silva de Almeida – Estudante do 4º Período do Curso de Ciências Contábeis Universidade Federal de Uberlândia.



Marlon José Ferreira Soares – Estudante do 9º Período do Curso de Ciências Contábeis Universidade Federal de Uberlândia.



Neirilaine Silva de Almeida – Estudante do 10º Período do Curso de Ciências Contábeis Universidade Federal de Uberlândia.



Vidigal Fernandes Martins – Contador e Mestre. Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- COSENZA, J.P.; GALLIZO GARRAZ, J.L.; JIMENEZ, F. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000. Contabilidade Vista & Revista, v. 13, n. 2, p. 37-65, 2002.
- COSENZA, J. P. A. Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado. Revista Contabilidade & Finanças, ano 14, Edição Comemorativa, 2003.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- EVRAERT, Serge; RIAHI-BELKAOU, Ahmed. Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature. Managerial Finance, v. 24, n. 11, 1998, p. 1-15.
- FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GALLIZO LARRAZ, J.L. El valor añadido en la información contable de la empresa: análisis y aplicaciones. Madrid: ICAC, 1990, p. 371-389.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBRACON. Inst. dos Auditores Independentes do Brasil. Disponível em <www.ibracon.com.br>. Acesso em 20 fevereiro 2008.
- KREITLON, M. P.; QUINTELLA, R. H. Práticas de Accountability Ética e Social: As Estratégias de Legitimação de Empresas Brasileiras nas Relações com Stakeholders. Anais. 25º Enanpad, Campinas, 2001. CD-ROM.
- KROETZ, César Eduardo S.; COSENZA, José Paulo. Considerações sobre a Eficácia do Valor Adicionado para a Mensuração do Resultado Econômico e Social. Anais. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado, 2003.
- MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MONTORO FILHO, André Franco. Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras. 11. ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.
- PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. Disponível em <www.petrobras.com.br>. Acesso em 02 fevereiro 2008.
- SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: Uma Abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade. Dissertação de Mestrado. Departamento de Contabilidade e Atuarial, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), 1984.
- WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimeri; VANZELLA, Cezar Roberto. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: Um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. Revista Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v. 6, n. 2, jul./dez. 2005.